



FALANGE MIÚDA

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

## As Identidades e Culturas nas Comunidades Surdas: uma visão Socioantropológica da Surdez

Florieta Assunção Ribeiro<sup>1</sup>

*Universidade Federal do Pará-UFPA*

Márcia Monteiro Carvalho<sup>2</sup>

*Universidade Federal do Pará-UFPA*

### RESUMO

O estudo aborda questões relacionadas às Comunidades Surdas, suas culturas e identidades, enfatizando a importância desses elementos na vivência social, linguística e cultural das pessoas surdas, especialmente no interior de suas comunidades de pertencimento. O objetivo central é discutir como as identidades surdas e a construção cultural são influenciadas por experiências individuais e a língua de sinais, em especial a Libras. Como principais constructos teóricos, articulam-se as contribuições de Hall (2006), Lane (1992), Perlin (2003), Strobel (1998) e Skliar (1998, 2015), entre outros autores que problematizam identidade, cultura e diferença no campo dos Estudos Surdos. A pesquisa é de natureza documental com abordagem qualitativa na qual ressaltamos estudos e teorias sobre as culturas surdas e as identidades surdas. Os principais resultados indicam que as identidades surdas são complexas e devem ser entendidas além da perspectiva clínica. A participação nas comunidades surdas favorece o reconhecimento pessoal e coletivo, permitindo que os indivíduos surdos cultivem um sentimento de pertencimento e orgulho em sua condição. As línguas de sinais se revelam cruciais na construção dessas identidades, configurando-se como um elemento fundamental nas interações e vivências diárias. Em suma, o texto contribui para a compreensão da surdez como uma rica construção cultural, desafiando visões patologizantes e promovendo uma visão que valoriza a diferença e a diversidade.

**Palavras-chave:** Comunidades Surdas; Língua de Sinais; Culturas Surda; Identidades.

### *Identities and Cultures in Deaf Communities: a Socio-Anthropological View of Deafness*

### ABSTRACT

The study addresses issues concerning Deaf Communities, their cultures, and identities, emphasizing the importance of these elements in their daily lives. The main objective is to discuss how individual experiences influence Deaf identities, cultural construction, and sign language, particularly Libras (Brazilian Sign Language). The primary theoretical framework is based on Hall (2006), Lane (1992), Perlin (2003), Strobel (1998), Skliar (1998, 2015), among others. The research is documentary in nature with a qualitative approach, highlighting studies and theories on Deaf cultures and Deaf identities. The main results indicate that Deaf identities are complex and should be understood beyond the clinical perspective. Participation in Deaf communities favors personal and collective recognition, allowing Deaf individuals to cultivate a sense of belonging and pride in their condition. Sign languages are crucial in the construction of these identities,

<sup>1</sup>Doutoranda em Estudos Linguísticos do Programas de Pós-Graduação em Letras (PPGL-UFPA). Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Tocantins (UFT). Professora efetiva da Educação Básica- SEMED-Tucuruí, Pará-Brasil. Endereço para correspondência: Rua: Um/Quadra 03, número 01, complemento, bairro Buriti I, Tucuruí-PA, Brasil CEP: 68459-890. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3605-0048>, Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5392544658977039>. E-mail: [florietear@hotmail.com](mailto:florietear@hotmail.com).

<sup>2</sup>Pós-doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG. Doutora em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Professora Adjunta do curso Letras Libras da Universidade Federal do Pará-UFPA. PA. Membro Permanente dos Programas: Pós-Graduação em Letras e Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PPGL-UFPA; PPGT-UFSC). Cidade Castanhal-Pará-Brasil.: Alameda Pedro Melo., número 2848, complemento, Bairro Nova Estrela, CEP: 68742-212. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6278-2667> .. Lattes <http://lattes.cnpq.br/6643662683508955> . E-mail: [mmcarvalho@ufpa.br](mailto:mmcarvalho@ufpa.br).

configuring themselves as a fundamental element in daily interactions and experiences. In summary, the text contributes to the understanding of deafness as a rich cultural construction, challenging pathologizing views and promoting a perspective that values difference and diversity.

**Keywords:** Deaf Communities; Sign Language; Deaf Cultures; Identities.

## **Identidades y culturas en comunidades sordas: una visión socioantropológica de la sordera**

### **RESUMEN**

El estudio aborda cuestiones relacionadas con las Comunidades Sordas, sus culturas e identidades, subrayando la importancia de estos elementos en la experiencia social, lingüística y cultural de las personas sordas, especialmente dentro de sus comunidades de pertenencia. El objetivo principal es debatir cómo las identidades sordas y la construcción cultural están influenciadas por las experiencias individuales y la lengua de signos, especialmente en los Libras. Como principales constructos teóricos, se articulan las contribuciones de Hall (2006), Lane (1992), Perlin (2003), Strobel (1998) y Skliar (1998, 2015), entre otros autores que problematizan la identidad, la cultura y la diferencia en el campo de los Estudios sobre Sordos. La investigación es de carácter documental con un enfoque cualitativo en el que destacamos estudios y teorías sobre culturas sordas e identidades sordas. Los principales resultados indican que las identidades sordas son complejas y deben entenderse más allá de la perspectiva clínica. La participación en comunidades sordas favorece el reconocimiento personal y colectivo, permitiendo a las personas sordas cultivar un sentido de pertenencia y orgullo por su condición. Las lenguas de signos son cruciales en la construcción de estas identidades, configurándose como un elemento fundamental en las interacciones y experiencias diarias. En resumen, el texto contribuye a la comprensión de la sordera como una rica construcción cultural, desafiando las visiones patologizantes y promoviendo una visión que valora la diferencia y la diversidad.

**Palabras clave:** Comunidades Sordas; Lengua de signos; Culturas Sordas; Identidad.

## **1 INTRODUÇÃO**

A discussão sobre as Comunidades Surdas<sup>3</sup>, suas culturas e identidades é essencial para entender as complexidades e nuances da vivência surda na sociedade contemporânea. A surdez não deve ser vista exclusivamente através de uma visão clínica, mas sim como uma experiência rica e multifacetada que envolvem linguagens, sinais e experiências cotidianas. As culturas surdas são fundamentadas nas línguas de sinais, que é base de uma comunicação efetiva, mas também desempenha um papel crucial na formação das identidades e pertencimento às comunidades. Assim, este estudo busca explorar como a cultura e as identidades surdas são moldadas e vivenciadas, desafiando percepções convencionais e promovendo um entendimento mais inclusivo sobre a surdez.

---

<sup>3</sup> O uso do termo Comunidades Surdas com letras maiúsculas não se refere a um agrupamento genérico de pessoas com deficiência auditiva, mas a uma designação político-cultural. A grafia em maiúsculas enfatiza o reconhecimento das comunidades surdas como grupos sociais e linguísticos específicos, constituídos por sujeitos que compartilham uma língua visual-espacial (a língua de sinais), valores culturais próprios, práticas sociais e identidades coletivas, conforme defendem os Estudos Surdos (Skliar, 1998; Perlin, 2003; Strobel, 2008).

A construção da identidade e da percepção cultural de pessoas surdas é um processo profundamente atravessado pela experiência de pertencimento às Comunidades Surdas e pela mediação da língua de sinais. No contexto dos Estudos Surdos, compreende-se que a surdez ultrapassa a concepção biomédica de deficiência, configurando-se como uma diferença linguística e cultural que dá origem a formas singulares de existência, comunicação e produção de sentidos (Skliar, 1998; Quadros, 2004).

A participação nas Comunidades Surdas desempenha um papel central nesse processo, pois oferece espaços de interação em que a Língua de Sinais não é apenas o meio de comunicação natural, mas também o veículo de transmissão de valores, tradições, narrativas e práticas culturais próprias. Nesse sentido, investigar como essa participação, mediada pela língua de sinais, influencia a formação da identidade surda e a percepção cultural de indivíduos permite compreender os mecanismos de resistência ao ouvintismo, ideologia que subordina a surdez a padrões normativos da oralidade, e os modos de afirmação de uma identidade positiva, coletiva e empoderada.

A presente discussão busca problematizar de que maneira as experiências vivenciadas nas Comunidades Surdas moldam o modo como surdas/os se reconhecem, se posicionam culturalmente e se constituem enquanto sujeitos de direitos, história e cultura. Dessa forma, o objetivo é compreender a dinâmica da identidade surda e a construção cultural dentro das comunidades surdas, enfatizando a importância da língua de sinais e das experiências individuais na formação de uma consciência coletiva.

A relevância deste estudo reside na necessidade de desmistificar a surdez como uma deficiência que demanda correção e reabilitação. Em vez disso, o estudo propõe uma nova perspectiva que valoriza a experiência surda como um aspecto cultural legítimo. Ao compreender a surdez como uma construção cultural rica, é possível fomentar processos inclusivos e respeitosos nas práticas sociais e educacionais. Este entendimento é crucial para a formulação de políticas públicas e educacionais que reconheçam e acolham as particularidades das comunidades surdas.

Os principais autores que fundamentam este estudo incluem Hall (2003), que trata da construção cultural e identidade em um contexto de transformações; Strobel (2008), que discute a relação do sujeito surdo com o mundo; Perlin (2003; 2015) que diferencia entre povo surdo e Comunidade Surda, destacando a multiplicidade da categoria identidade. Também é relevante a contribuição de Skliar (2015) sobre leitura multicultural da cultura surda e Rezende (2012), que enfatiza a comunicação pelas línguas de sinais.

A metodologia adotada neste estudo é qualitativa e bibliográfica, possibilitando um aprofundamento nas discussões teóricas em torno das categorias cultura e identidade surda. A pesquisa revisita e analisa obras fundamentais que dialogam com práticas sociais e culturais, permitindo uma compreensão mais abrangente das experiências surdas. Além disso, a abordagem qualitativa possibilita explorar reflexões e interpretações que surgem a partir das interações e vivências nas Comunidade Surda, promovendo um espaço de reflexão crítica sobre as identidades e culturas surdas.

Discutir sobre Comunidades Surdas, Cultura e Identidade é essencial para ampliar a compreensão sobre as pessoas surdas. Considerando que é importante dialogar sobre essas questões em estudos que envolvem esses sujeitos. Contudo, pretende-se realizar esta discussão com base nos estudos surdos, que dialogam sobre a cultura surda ancorada na ideia de diferença e não clínica.

## **2 CONCEITO DE COMUNIDADE E PERTENCIMENTO**

A ideia de comunidade para Bauman (2003, p. 9) pode ser comparada como boa música aos ouvidos. O que essa palavra evoca é tudo aquilo que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes. O autor compreende esse espaço como um lugar de conforto e aconchego, sendo que a naturalidade transmitida pode estar relacionada a esses sentidos. Assim, a compreensão de estar inserido em comunidade dá ideia de união e semelhança, o que nos atrai a buscar ansiosamente pela comunidade.

O termo Comunidade Surda foi desenvolvido na década de 1970 para dar expressão à ideia de que as comunidades surdas possuíam os seus próprios modos de vida, mediados através de suas línguas gestuais visuais. A crença na precisão existencial desta terminologia ultrapassou largamente a investigação, deixando seus usuários vulneráveis, ao serem chamados a explicar ou a defender esses princípios. Para Ladd (2013), a falta de investigação também tornou difícil a aceitação de normas e valores culturais em vários domínios importantes, como a educação de surdos. No entanto, é importante destacar que a tarefa de compreender as Comunidades Surdas ainda caminha em direção ao reconhecimento cultural.

A Lei da Libras 10.436 de abril de 2002, faz menção ao termo comunidades surdas, trazendo em seu artigo primeiro parágrafo único, em que destaca que a Libras é a forma de comunicação e expressão que constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias

e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Dada a importância e a urgência da efetivação dessa lei no cenário brasileiro surgiu o Decreto 5.626 de 2005 a fim de regulamentá-la (Brasil, 2002; 2005).

Para Ladd (2013), às comunidades surdas precisam ser respeitadas e aceitas enquanto utilizadora da Língua de Sinais, tendo seu próprio ponto de vista consistente e coletivo, na mesma medida em que outras línguas também são— para tanto, é preciso transcender o condicionamento social e conceber às Comunidades Surdas como um coletivo de humanos plenos que têm em comum o uso da mesma língua e que compartilham uma rica cultura, deixando de lado as concepções reabilitantes que concebem a pessoa surda como deficiente ou danificado.

Nessa perspectiva, a Comunidade Surda é compreendida como um grupo social constituído por pessoas que compartilham uma localização comum, objetivos coletivos e práticas sociais específicas, atuando de forma conjunta para a concretização desses propósitos. Conforme define Dalcin (2009, p. 16), trata-se de “um grupo de pessoas que mora em uma localização particular, compartilha metas comuns entre seus membros e, de diferentes maneiras, trabalha para alcançar essas metas”.

Essa compreensão reforça a ideia de que as Comunidades Surdas não se organizam apenas a partir de uma condição sensorial, mas, sobretudo, por vínculos linguísticos, culturais e identitários, nos quais a língua de sinais assume papel central na mediação das relações sociais e na produção de sentidos coletivos.

Segundo Magnani (2007), as Comunidades Surdas são espaços em que se promove o acesso à língua de sinais, o surgimento e fortalecimento da identidade surda e cultura surda. Essas comunidades estão espalhadas pelo mundo e reúnem não apenas pessoas surdas, mas ouvintes que (com)partilham do mesmo interesse em prol da luta permanente pela igualdade de oportunidades, garantia de direitos por e meio da acessibilidade.

Conforme Lane (1992), para adentrar nas comunidades surdas<sup>4</sup>, não é preciso ter diagnóstico comprovado de surdez. Sendo assim, a ausência de audição não é o principal parâmetro para participar desses grupos, mas sim questões culturais e linguísticas. Nesse contexto, as práticas culturais e de linguagem evidenciam a participação, ou não, de sujeitos a um grupo linguístico minoritário.

---

<sup>4</sup> Neste estudo, a grafia comunidades surdas, em letras minúsculas, é utilizada quando o termo assume um sentido descritivo ou sociológico, referindo-se a agrupamentos locais, contextuais ou situacionais de pessoas surdas. Essa distinção conceitual segue a abordagem de Lane (1992), que analisa a inserção dos sujeitos surdos em contextos comunitários específicos, sem necessariamente enfatizar a dimensão político-identitária.

De acordo com Thoma (2012), algumas pessoas surdas, ao entrarem em contato com outras pessoas surdas, manifestam a necessidade de estar em comunidade. Nesse sentido, o contexto escolar configura-se como um espaço relevante para essa descoberta, uma vez que tem se constituído como o principal local de encontro entre sujeitos surdos. Considerando que, em muitos casos, essas pessoas surdas pertencem a famílias compostas majoritariamente por ouvintes, reforça-se a compreensão de que o primeiro contato surdo-surdo<sup>3</sup>, na maioria das vezes, ocorre no ambiente escolar.

No entanto, outros espaços também podem ser pontos de encontro de surdos, como por exemplo, os clubes e as associações que são ambientes importantes e promotores de uma vivência em comunidade para esses sujeitos, conforme explica Thoma:

O encontro surdo-surdo possibilita uma forma oposicional e positiva de ser surdo, e é comum que após esse encontro muitos surdos passem a ter orgulho da sua condição, percebendo suas possibilidades e reinventando modos de ser e estar no mundo (Thoma, 2012, p. 172).

A participação deste sujeito dentro da comunidade surda possibilita reconhecimento identitário e a compreensão da surdez distante do rótulo de deficiência, pois nesse espaço há condições favoráveis para alimentar o conhecimento acerca da língua e da cultura surda como base na diferença.

Perlin (2003) define a diferença entre povo Surdo e comunidade surda. Nesse aspecto, povo surdo está incluído como o grupo de surdos constituído com uma língua, lugar e cultura específica. Comunidade surda trata de um aspecto mais híbrido na constituição epistêmica como um grupo instável de pessoas que a constitui. Podem ser os surdos, os ouvintes filhos de pais surdos, os intérpretes e os que simpatizam com os surdos. Quando se menciona comunidade surda, faz-se a distinção entre os sujeitos que compõem/estabelecem articulações que geram as necessidades de ser grupo do grupo, como constituição de sujeitos sociais em tempos e espaços específicos.

Para Mello e Schuck (2012), as comunidades surdas atuam como princípio basilar para eles, pois é a partir desses espaços que as conexões identitárias, culturais e linguísticas são pensadas. “Acredita-se que é no espaço da comunidade – e, no caso dos surdos, no espaço da comunidade surda – que os sujeitos possam ter uma identidade cultural e proclamá-la, através do discurso da diferença cultural” (Mello; Schuck, 2012, p. 201).

Dessa forma, as comunidades surdas precisam ser entendidas como um espaço de encontro que privilegia e robustece a cultura surda. Além do mais, pode ser um lugar de lutas políticas e encorajamento em prol dos direitos linguísticos e culturais dessas comunidades. Nessa compreensão de comunidades como espaço de encontro e reafirmação do ser surdo, apresentaremos a seguir ideias sobre cultura surda, um termo que está intimamente relacionado às discussões sobre comunidades surdas.

### 3 PERSPECTIVA CULTURAL DAS COMUNIDADES SURDAS

Iniciamos esse diálogo com a definição do termo cultura segundo Hall (2003), que indica a cultura como produtora de sua matéria-prima, seus recursos, “seu trabalho produtivo”. Dependente de um conhecimento tradicional, mas que ao mesmo tempo está em um processo de transformações de um conjunto efetivo de genealogias. Para o autor, esses desvios por meio dos nossos antepassados nos habilitam através da cultura a nos reinventar como uma nova produção de nós e como uma forma de sujeito.

Nesse sentido, Hall (2003) argumenta que não depende de que forma somos modificados pelas tradições, mas o que fazemos das nossas tradições. Nossa formação cultural está sempre em desenvolvimento, pois a cultura não é uma questão de ontologia de ser, mas de se tornar.

Para o autor não se pode conceituar a cultura como um conjunto parecido de respostas e problemas ocasionais ou como um único modelo de comportamento. Contudo, a cultura é estruturada pela linguagem, pelas características biológicas e étnicas, todavia não significa que serão determinantes para essa construção cultural.

Strobel (2008) argumenta que, na condição de sujeito cultural, a pessoa surda interpreta e reconfigura o mundo para torná-lo acessível e habitável, conforme suas percepções visuais, o que incide na constituição das identidades nas comunidades surdas. A autora enfatiza a centralidade do fator linguístico, bem como das ideias, crenças e hábitos que estruturam essas comunidades.

Segundo Ladd (2013), o termo *Cultura Surda* foi desenvolvido na década de 1970 com intuito de expressar a crença de que as comunidades surdas detinham os seus próprios modos de vida, mediados por meio das línguas gestuais. A crença na precisão existencial dessa terminologia ultrapassou largamente a investigação sobre ela, deixando os seus defensores vulneráveis quando eram chamados a explicar ou a sustentar esses princípios.

Ainda na atualidade, nota-se que há questionamentos acerca da existência da cultura surda, contudo os estudos mais recentes vêm reafirmando e esclarecendo a presença de uma construção cultural dentro das comunidades surdas:

Uma tarefa verdadeiramente complicada apresenta-se aos ouvintes! Será necessário que, no respeito de uma justa concepção de povo surdo eles saibam dar aos valores surdos (língua, cultura, ritos) aquela profunda origem de tipo transcendente que se exprime na abertura para a extensão surda. Necessário seria, diante deste aspecto, partir para uma linguagem que corte uma relação de dominação e estabeleça o respeito da irredutibilidade do surdo como o outro, o diferente (Perlin, 2003, p. 124).

É legítima a luta do povo surdo em defesa do respeito e da compreensão da concepção de sujeito diferente e cultural. Desafiador para alguns ouvintes, que ainda resistem em compreender o surdo fora de uma visão clínica. A cultura surda, conforme Strobel (2008), está relacionada ao modo como o sujeito surdo compreende o mundo e o modifica, a fim de o tornar acessível e habitável, ajustando-os com as suas percepções visuais, com a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Nesse contexto, a cultura surda está ligada à língua, às ideias, às crenças, aos costumes e aos hábitos do povo surdo.

Para Perlin e Strobel (2008), os resultados das interações dos surdos com o meio em que vivem, a forma de compreender o mundo, de viver nele se constitui no complexo campo de produções culturais dos sujeitos surdos e podem ser entendidas como construções culturais, ou seja, as línguas de sinais, as identidades, a pedagogia, a política, as leis, as artes etc.

A partir disso, compreende-se o sentido de existir da cultura surda, pois não está relacionado exclusivamente ao uso das línguas de sinais, mas se constrói a cultura também pelas experiências visuais, a história do povo surdo e as lutas ideológicas. Assim, a cultura é a chave para a construção das identidades surdas:

A cultura é a chave que se possui em comum com os outros povos colonizados e minorias linguísticas. O poder político e econômico poderão ser ou não as forças condutoras por trás da opressão linguística. Mas tanto a chave como a fechadura em que ela roda é cultura. Um povo pode existir sem uma língua que lhe seja única, mas sem cultura não existe “povo” (Ladd, 2013, p. 9).

Para Ladd, esse processo é comparável à luta travada para manter a nossa própria língua, que pode ser encarada como resistência política, linguística ou econômica.

Contudo, a chave dessa resistência é conduzida pela cultura. Os grupos de maioria linguística não podem participar eficazmente na direção contrária a essas ações. Uma vez que, independentemente da posição em que se abordam essas questões, é o conceito de cultura que prevalece como resistência e mudança.

Conforme Thoma (2012), os surdos não podem ser especificados como um grupo que possui experiências da mesma forma e integrantes de uma comunidade homogênea. Cada sujeito adquire experiências sobre a cultura e identidade de forma própria e diversa. Cada indivíduo é atingido de maneira diferente pelos discursos que fazem parte das práticas em que estão vinculados. Por isso, entendemos que é inconcebível incluir os surdos exclusivamente dentro da cultura ouvintista, pois existem fundamentos que validam a cultura e a identidade surda.

Nesse contexto, o termo ouvintismo, segundo Skliar (2015), remete às representações sobre a surdez e sobre os surdos. Sendo o oralismo uma forma institucionalizada do ouvintismo, que ainda é vista nos dias de hoje, obrigando o surdo a narrar-se como ouvinte, legitimando as práticas terapêuticas e apagando as marcas culturais e identitárias das comunidades surdas.

Segundo Rezende (2010) e Carvalho (2017), a surdez merece ser entendida de forma distinta daquela que a institui na prática discursiva clínica-terapêutica. Muitos pesquisadores surdos e ouvintes mostram em seus estudos acadêmicos e científicos que é possível um outro olhar acerca da surdez, a partir de um viés sócio-antropológico, em que se usa a língua de sinais como uma singularidade da cultura surda dos sujeitos surdos.

De acordo com Rezende (2010) e Carvalho (2017), as experiências vivenciadas e pensadas por pesquisadores surdos e ouvintes simpatizantes dos movimentos surdos prometem modificar a epistemologia do corpo surdo, em que permita a reinvenção da surdez com base em outros discursos, outras práticas sociais e culturais, a alteridade surda.

Nesse sentido, Rangel e Stumpf (2012) enfatizam que houve anos de atividades institucionais voltadas para o modelo clínico-pedagógico e em todo esse tempo limitou-se às questões referentes à surdez como doença do corpo. Este modelo foi sem sucesso, pois visava a normalização do sujeito surdo. Contudo, as autoras destacam a importância da atuação da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS) no fortalecimento dos movimentos de resistência e de afirmação de culturas surdas protagonizadas no Brasil.

A FENEIS não se contentou apenas como uma instituição promotora de ponto de encontro das comunidades surdas, para esportes e lazer, mas também buscou influenciar nas políticas públicas, contribuindo para o reconhecimento da língua de sinais e para a existência da cultura e identidade surda

Ainda conforme Rangel e Stumpf (2012) as pesquisas acadêmicas denominadas Estudos Culturais vêm contribuindo para o entendimento que visa às mudanças na concepção de cultura, orientando e estruturando o processo de resgate e afirmação de culturas e de identidades surdas. Dessa forma, os grupos surdos dão outro significado à surdez, representando-a como uma diferença cultural, propiciando ao sujeito surdo um forte sentimento de pertencimento, que o envolve no contexto social e o torna parte de um grupo que reúne pessoas, práticas identitárias e instituições sociais.

A compreensão da cultura surda ainda é vista por muitos de forma curiosa e, algumas vezes incômoda. Segundo Skliar (2015), algumas pessoas ouvintes admitem com mais tranquilidade a existência de uma comunidade de surdos. Para o autor, talvez esse reconhecimento parece fácil definir e localizar no tempo e no espaço, um grupo de pessoas, mas quando surge a necessidade de reflexão acerca dessas comunidades, em que emergem processos culturais específicos, é recorrente a recusa da ideia de “cultura surda”, argumentando que existe uma cultura universal.

Para Skliar (2015), não parece compreensível e aceitável o conceito de cultura surda fora do contexto de uma leitura multicultural, isto é, a partir da perspectiva de cada cultura em sua própria coerência, historicidade, movimentos e construções.

Para tanto, considera-se que essas discussões ampliam nossos olhares sobre a existência de culturas surdas, como um espaço de construção das identidades desses sujeitos a partir de muitas perspectivas. A partir disso, seguimos com a discussão sobre as identidades surdas, a qual consideramos importante para compreendermos as características distintas, que envolvem a busca de representar-se nas lutas políticas do ser surdo.

#### **4 A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SURDA NA PERSPECTIVA CULTURAL E PÓS-ESTRUTURALISTA**

De acordo com Hall (2006), a identidade não é vista como um único conceito, mas que pode ser interpretada de maneiras distintas. Está representada na história, sob as

seguintes perspectivas de sujeito: o sujeito iluminista, que compreendia o ser humano como um indivíduo totalmente centrado e dotado de capacidades de razão; o sujeito sociológico, o qual considerava que esse se desenvolvia a partir da relação com o outro no meio social; e o da pós-modernidade, destacando que o indivíduo não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente.

No contexto da pós-modernidade citado por Hall (2006), a compreensão de identidade perpassa pela ideia de transformação contínua, considerando o modo como somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos cercam. Nessa construção, o autor entende que essa definição é histórica e não biológica. Para Hall, é uma ilusão considerar que as identidades plenamente únicas, perfeitas, seguras e lógicas, pois somos confrontados por constantes instabilidades, modificações e diversas possibilidades de identidades e, em algum momento, nos identificamos com pelo menos uma delas, mesmo que, provisoriamente. Dessa forma, a identidade com fundamento na ideia de pós-modernidade nos permite compreender e situar o sujeito surdo neste trabalho.

Nenhuma identidade está pronta, acabada ou possui um grau de autenticidade e normatividade (Lopes, 2015, p. 114). Nesse sentido, as identidades podem ser negociadas, pois resultam de discursos e da instabilidade da linguagem, em que as identidades podem ser comparadas como edificações. Com base nessa premissa, as identidades surdas não podem ser entendidas e disseminadas como estáveis e únicas, pois se fundamentam na temporalidade de relatos.

Sobre as identidades surdas, Lopes (2015) traz a reflexão do sujeito surdo atrelado ao pensamento pós-moderno. Nesse caso, existem múltiplas identidades surdas em construção e se manifestam à medida que são expostos nos diversos discursos, narrando ou sendo narrados, com base em suas diferentes experiências e subjetividades. Lopes (2015) acredita que no geral, os surdos possuem, entre outras, uma identidade surda, contudo essa se constitui de diversas formas ou em conforme os sujeitos surdos são representados. Por exemplo, um surdo branco de classe média que vive cercado de ouvintes e estuda em escola regular, mas que não interage com a comunidade surda é provável que não tenha a mesma identidade de uma mulher surda branca que vive nas mesmas condições sociais.

De acordo com Lopes (2015), o contexto escolar também é um espaço importante que precisa considerar as culturas e as identidades caminhando lado a lado com outros poderes e saberes. Existem múltiplas possibilidades de sujeitos, de espaços, raças, língua,

cor, religião e sexos. Exigindo do espaço escolar, mais comprometimento com as diferenças e com a atuação dentro das culturas segregadas.

De acordo com Perlin (2015), é urgente compreender a surdez como um aspecto identitário e não mais como deficiência. Nesse contexto, entre a constituição da identidade e a cultura das pessoas surdas, surgem os Estudos Surdos numa abordagem política, enquanto campo teórico que vai além da compreensão do *ser*, apenas enquanto surdo com ausência de audição, mas com a identificação de um sujeito cultural. Embora já reconhecidos como sujeitos culturais que compreendem e interagem com o mundo a partir de suas experiências visuais por meio da Libras (Brasil, 2005), para Skliar (2015), os surdos ainda são vistos como anormais ou precisam de “correção” para se “enquadrarem” nos moldes da abordagem ouvintista. Para Perlin (2015), as identidades são plurais, múltiplas, que se modificam, não são fixas, imóveis, estáticas ou permanentes, mas são conflitantes e não acabadas.

Segundo Rezende (2012), as comunidades surdas são formadas por sujeitos com entendimento de que fazem parte de uma identidade. Este sentimento permanece ativo na formação do ser surdo com experiências visuais, anseios e embates e com uma comunicação por meio das línguas de sinais, as quais possuem sentidos linguísticos que são naturais. Porém, a autora destaca que a língua não é o fator determinante para a existência das comunidades surdas, mas há outras questões envolvidas nesse processo como: compartilhar artefatos culturais, piadas, histórias surdas e vivências contextualizadas dentro de uma comunidade que constrói a sua história cultural. “É um discurso cultural, afastando do termo clínico “deficiência”, de que tanto tentam nomear o povo surdo” (Rezende, 2012, p.18). Nesse aspecto, as comunidades surdas são espaços de resistência em defesa das identidades, estabelecendo uma forma de combate às tentativas de normalização e disciplinamento do corpo surdo.

Conforme Perlin (2004), as identidades surdas são pensadas dentro das representações possíveis da cultura surda. Elas se adaptam de acordo com a maior ou menor aceitação cultural que esses sujeitos assumem. Imbricada na receptividade cultural, também surge a luta política ou a consciência de oposição pela qual o sujeito representa a si próprio, tentando se proteger da homogeneização, das características que impõe limites em seus corpos, da sensação de ineficiência, de inserção no grupo de pessoas deficientes, de menor prestígio social.

Desse modo, Perlin (2015) identificou nos sujeitos surdos cinco tipos de identidades que se apresentam por categorias, como forma de demonstrar a existência heterogênea das identidades surdas. Nesse contexto, todas as identidades surdas apresentam características distintas que foram facilmente classificadas como:

**Identidades Surdas:** “Trata-se de uma identidade que se sobressai na militância pelo específico surdo” (Perlin, 2015, p. 63). Nessa perspectiva, os surdos pertencentes a este grupo assumem uma postura de resistência e prosseguem buscando a delimitação da identidade cultural. Para a autora, esse tipo de identidade promove um espaço cultural visual diverso. Nessa prática de vivência, as identidades surdas reproduzem a cultura visual, reivindicando à história e a alteridade surda.

**Identidades Surdas Híbridas:** pertencentes a este grupo estão os surdos que nasceram ouvintes, mas adquiriram a surdez ao longo do seu desenvolvimento, por algum problema de saúde, acidente etc. Nesse aspecto, o sujeito se sente como se tivesse perdido parte da vivência de ouvintes e ainda tem pelo meio a parte surda, considerando assim, que não é um sujeito único, mas sim de duas metades. Nesse sentido, os surdos nessa condição sempre terão a presença de duas línguas, porém a sua identidade caminha em direção às identidades surdas.

**Identidades surdas de transição:** Estão presentes na identidade de transição os surdos que, devido ao seu contexto social, convivem em ambientes com ausência de contato com a identidade surda ou que se afastam dela. Estes sujeitos circulam entre uma identidade e outra.

Segundo Skliar (2015), 95% dos surdos nascem em famílias de pessoas ouvintes e quase sempre essas crianças surdas não adquirem a cultura surda precocemente. Nesse caso, a maioria desses surdos irá vivenciar a identidade de transição. Na compreensão de Perlin (2015), os surdos que se encontram nesse processo, são aqueles que foram mantidos sob o domínio do ouvinte. No entanto, após algum tempo, eles acabam se inserindo nas comunidades surdas.

A partir do contato destes surdos com a comunidade surda, a situação modifica e estes sujeitos passam pela “desouvintização” dessa identidade. Contudo, mesmo passando por este processo, as consequências são evidenciadas em sua identidade, que permanecerá em reformulação ao longo da vida desse sujeito surdo.

**Identidades surdas incompletas:** é constituída por surdos que estão em conformidade com a ideologia ouvintista disfarçada a qual empenha-se para socializar os

surdos conforme a cultura dominante. Casos de surdos que tiveram suas identidades escondidas e de modo algum conseguiram contato com outros surdos e há outros relatos de surdos mantidos em cativeiros pela família que os limitam e os fazem incapazes de chegar ao saber ou de agir por si mesmos.

A hegemonia dos ouvintes atua como uma teia de poderes, sendo difícil de ser rompida pelos surdos, pois esses não têm forças para resistir a esse processo e não conseguem se organizar para estar no meio das comunidades surdas. Dessa forma, inicia-se um processo de dominação no esforço de reproduzir a identidade ouvinte, com comportamento basilar para manter os vínculos dominantes.

Identidades Surdas Flutuantes: neste tipo de identidade tem-se aqueles surdos que não estão envolvidos com a comunidade surda, com as associações e com as lutas políticas. Os surdos que estão inseridos nesse contexto não assimilam a ideia de cultura surda, porém, preferem e se identificam com os ouvintes.

Para Perlin (2015), na identidade flutuante existem surdos que desejam ser “ouvintizados” a todo custo. Esses rejeitam a cultura surda e não demonstram interesse algum em se engajar na comunidade surda. Existem casos de surdos que estão imersos na identidade flutuante e possuem uma profissão, mas não conseguiram permanecer na comunidade ouvinte por falta de comunicação e nem a serviço da comunidade surda por não dominarem a língua de sinais.

Dessa forma, nota-se a necessidade de os surdos estarem envolvidos com seus pares, pois esse vínculo é significativo para a construção de sua identidade cultural. Como destaca Perlin, “o encontro surdo-surdo é essencial para a construção da identidade surda, é como um abrir do baú que guarda os adornos que faltam ao personagem” (Perlin, 2015, p. 54).

Nessa perspectiva, Botelho (2016) enfatiza que os surdos que não almejam o aprendizado de língua de sinais foram estimulados a recusar a surdez ao longo de sua socialização e, conseqüentemente, recusam a língua de sinais como parte de sua identidade. Nesse caso, a intervenção da família é definidora no processo de construção da identidade dos sujeitos surdos. Nota-se que essas questões são conseqüências de uma vivência permeada por intenso investimento no desenvolvimento da fala.

Falar vai se tornando, equivocadamente, sinônimo de ser pessoa. “Nos surdos não oralizados o temor de não ser aceito pelos ouvintes parece ser menor, porque a língua de sinais lhe confere uma identidade diversa da que possuem os surdos oralizados” (Botelho, 2016, p. 154).

Nesse sentido, é importante destacar que a aceitação da língua de sinais primeiramente pela família é definidora para que o sujeito surdo valorize essa língua e compreenda a surdez como diferença. Assim, esse sujeito se sentirá confortável ao pertencer a comunidade surda. Conforme Rezende (2012), se o surdo tem contato somente com práticas relativas da visão clínica seguirá a tendência normalidade/anormalidade, ou seja, do normal e patológico. Ele estará convicto de que precisa usar umas das estratégias (aparelho auditivo, terapias, implante coclear, etc.), porque, na visão da medicina, o surdo é visto como deficiente por apresentar uma perda da audição. Assim, para mergulhar na cultura ouvinte precisará passar por estratégias de reabilitação para buscar a normalidade, ou seja, falar e ouvir.

Por outro lado, se o surdo tiver desde criança o contato com práticas discursivas que valorizem o povo e comunidades surdas e que compartilhe experiências visuais à luz da visão cultural, língua de sinais e dos artefatos surdos, terá uma subjetividade a partir da identidade surda de contestação e resistência aos ditames da ideologia clínica e do poder colonizador ouvinte. Sendo assim, o surdo participará da decisão de não se submeter aos tratamentos orientados pela medicina, como tábua de salvação para sua integração na sociedade ouvinte e decidirá pelo uso dos artefatos culturais produzidos por outros e de sua própria autoria sobre a cultura surda, a língua e o jeito de ser, aprender e produzir conhecimento

Nesse sentido, Thoma (2012) aborda que a língua de sinais é uma ferramenta essencial na construção da identidade surda. Considerando que é por intermédio das práticas visuais que se estabelecem elementos significativos para o avanço e para o convívio dos sujeitos surdos na sociedade. Nessa maneira de interagir com o mundo, a condição da surdez não deve se apresentar de forma patológica ou como um problema a ser corrigido. Pertencer à comunidade de surdos permite experimentar vivências pessoais. Identificar-se como surdo, a partir de um contexto cultural, significa dialogar com os sujeitos tendo como base principal a língua de sinais.

Pesquisa recente amplia o quadro de Perlin, indicando que as identificações surdas são ainda mais diversas e processuais. O estudo de Carvalho e Campello (2022) sistematiza até 14 configurações identitárias e evidencia, entre outras, dimensões vinculadas ao uso de tecnologias de escuta (AASI e implante coclear, com efeitos distintos nas práticas de comunicação e de pertencimento), marcações étnico-raciais (p.ex., identidade negra surda), variações linguísticas comunitárias (como a LSKB/Ka'apor e

outras línguas de sinais emergentes) e condições audiológicas específicas (p. ex., surdez unilateral e surdocegueira). Em comum, tais achados reforçam que a identidade surda não é estática, pois ela se (re)configura conforme o acesso ou as barreiras à língua de sinais, as mediações familiares e escolares e a circulação em comunidades surdas, o que converge com o enquadre socioantropológico adotado nesta seção (Carvalho; Campello, 2022).

A partir dessas abordagens, destacamos neste estudo, as representações sobre o sujeito surdo, em que se apresenta o ouvintismo, a surdez com base no modelo clínico-terapêutico, a surdez com base no modelo socioantropológico, Comunidades Surdas, Culturas Surdas e a Identidades Surdas. Portanto, consideramos que esses foram os pontos de partida para compreender a ideia de sujeito surdo.

## 5 CONCLUSÃO

A discussão proposta neste estudo sobre as Comunidades Surdas, suas culturas e identidades se revela importante para entender o contexto em que a surdez, muitas vezes, é considerada sob a visão clínico-terapêutica. Ao abordarmos a questão central: *Como a participação nas Comunidades Surdas, mediada pelas línguas de sinais, influencia a construção de identidades e a percepção cultural das pessoas surdas?* evidenciamos a necessidade de novas lentes para explorar as experiências surdas. Nesse sentido, as seções do texto forneceram uma base para compreender as interações entre a cultura, as identidades e a língua de sinais.

O objetivo geral foi analisar como as identidades surdas e a construção cultural são influenciadas por experiências individuais e coletivas. As discussões que ocorreram nas seções anteriores ajudaram a delinear a riqueza da cultura surda, abrangendo a importância da língua de sinais na construção do pertencimento e das identidades. A compreensão de que a surdez é uma manifestação cultural e não uma deficiência. Isso é uma mudança de paradigma essencial promovendo uma perspectiva que valoriza a diferença e a diversidade.

As seções do texto evidenciam a forma como as culturas surdas se configuram e moldam as identidades individuais. Entretanto, existem considerações que merecem atenção. É importante que futuras pesquisas explorem mais a pluralidade das identidades surdas, levando em conta fatores como a etnia, o gênero e a classe social, que podem influenciar de maneira significativa a vivência e a percepção das identidades surdas.

Sugiro, por exemplo, a investigação sobre como diferentes grupos culturais dentro das Comunidades Surdas lidam com a sua identidade no contexto de um mundo cada vez mais globalizado e multicultural. Também seria interessante explorar as interações entre surdos e ouvintes, especialmente sobre como estas relações podem ser transformadas por uma compreensão mais consciente e sensível à luz da surdez.

Outro possível desdobramento da pesquisa é a avaliação das práticas pedagógicas e políticas que permeiam a inclusão de surdos em ambientes educacionais. Estudar como essas práticas podem ser melhoradas para afirmar a identidade cultural dos surdos no aprendizado e nas dinâmicas escolares poderia render descobertas valiosas. Além disso, programas que promovam a conscientização sobre as comunidades surdas na sociedade em geral, talvez por meio de campanhas públicas, podem ser um caminho promissor para uma divulgação de uma luta por direitos que vai além da inclusão.

Por fim, ao refletirmos sobre a construção das identidades surdas e a realidade das Comunidades Surdas, reafirmamos a necessidade de uma mudança cultural significativa que valorize a diversidade e não reconheça os surdos a partir de *déficits*, mas como portadores de uma rica cultura.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BOTELHO, P. Surdos oralizados e identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**: interfaces entre pedagogia e linguística. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2016, p.154.

BRASIL, Ministério da Educação-MEC. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – SEMESP. **Cartilha Técnica. Instruções para adesão ao Programa Nacional das Escolas Bilíngues de Surdos – PNEBS**, jan. de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/videos/CartilhaSMESP.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2025.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 06 de abril de 2025.

CARVALHO, M. M. **Avaliação da compreensão escrita de alunos surdos do Ensino Fundamental Maior**. Novas Edições Acadêmicas- NEA, 2017.

CARVALHO, V. F.; CAMPELLO, A. R. e S. A existência de quatorze (14) identidades surdas. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 14, p. 140–152, 2022.

DALCIN, G. **Psicologia da Educação de Surdos**. 2009. Dissertação (Licenciatura em Letras-Libras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 10-13.

LANE, H. **A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada**. Instituto Piaget. Lisboa, Portugal, 1992.

LOPES, M. C. Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 114-115.

MAGNANI, J. Vai Ter Música: para uma antropologia das festas juninas de surdos na cidade de São Paulo. **Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**. Ano 1, Versão 1.0, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1239>  
Acesso em: 25 de jun. de 2025.

MELLO, V. S. S. de; SCHUCK, M. Comunidade Surda: um espaço de fortalecimento da cultura Surda. In. THOMA, A. da S. *et al* (Org.). **Cultura surda & Libras**, São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2012.

PERLIN, GLADIS T. T. **O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade**. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

PERLIN, G.T.T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

RANGEL, G. M. M.; STUMPF, M.R. F de. A pedagogia da diferença para surdo In: LODI, A. C. B.; MÉLO, A. D. B.; FERNANDES, E. (Org.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 114.

REZENDE, P. L. F. **Implante coclear: normalização e resistência surda**. Curitiba: Editora CRV, 2012.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

STROBEL, K. **As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis, Ed. Da UFSC, 2008.

THOMA, A. S. Representações sobre os surdos, comunidades, cultura e movimento surdo. In: LOPES, M. C. *et al*. **Cultura surda & Libras**. Editora Unisinos, 2012. p. 154-180.

## Apêndice – Informações sobre o artigo

### Histórico editorial

**Submetido:** 03 de novembro de 2025.

**Aprovado:** 29 de janeiro de 2026.

**Publicado:** 25 de março de 2026.

### Conflito de interesse

Nada a declarar.

### Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

### Contribuição dos autores

**Resumo/Abstract/Resumen:** Autores; **Introdução ou Considerações iniciais:** Autores; **Referencial teórico:** Autores; **Metodologia:** Autores; **Análise de dados:** Autores; **Discussão dos resultados:** Autores; **Conclusão ou Considerações finais:** Autores; **Referências:** Autores; **Revisão do manuscrito:** Autores; **Aprovação da versão final publicada:** Autores.

### Direitos Autorais

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Falange Miúda os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Falange Miúda têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

### Open Access

Este artigo é de acesso aberto (*Open Access*) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (*Article Processing Charges – APCs*). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como ‘acesso aberto’ quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la—ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



### Licença de uso

Este artigo é licenciado sob a Licença *Creative Commons Creative Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY NC 4.0)*. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.



### Processo de avaliação

Revisão por pares duplo-cega (*Double blind peer review*).

### Editor

Marcus Garcia de Sene

### Publisher

Este artigo foi publicado na Revista Falange Miúda vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras - campus Garanhuns da Universidade de Pernambuco - UPE. A Revista Falange Miúda publica artigos de natureza técnico-



científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da Universidade de Pernambuco. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na Avaliação CAPES (2017-2020) a Revista Falange Miúda obteve Qualis B1.

